

Sumário

Sobre os autores	5
Apresentação	9

CAPÍTULO I FUNDAMENTOS E CONCEITOS GERAIS

1. O bem jurídico protegido no crime de lavagem de dinheiro.....	17
MARCELO ALMEIDA RUIVO	
2. A administração da justiça como bem jurídico pressuposto da incriminação da lavagem de dinheiro no Brasil	45
VICTOR LUIZ DE FREITAS SOUZA BARRETO	

CAPÍTULO II ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS

3. <i>Abolitio criminis</i> e lavagem de dinheiro: reflexões acerca do alcance do artigo 2º, § 1º, da Lei 9.613/1998	79
PEDRO STADTLER	
4. Alcance da majorante decorrente da reiteração criminosa de lavagem de dinheiro e suas possíveis fricções com as regras da continuidade delitiva.....	99
THIAGO BALDANI GOMES DE FILIPPO	
5. A teoria da cegueira deliberada e o crime de lavagem de dinheiro no Brasil	121
GABRIEL BERTIN DE ALMEIDA e ALESSANDRA PERES DOS SANTOS GONZAGA	

CAPÍTULO III INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E PREVENÇÃO

6. O papel das instituições financeiras na detecção de indícios de lavagem de dinheiro: uma análise da Circular 3.978/2020 do Bacen 151
ALESSANDRO FERNANDES
7. As atribuições e a responsabilização penal do *compliance officer* na prevenção ao crime de lavagem de dinheiro 165
CAMILA RODRIGUES FORIGO

CAPÍTULO IV CRIMES FISCAIS E LAVAGEM DE DINHEIRO

8. Crimes tributários como antecedentes do delito de lavagem de dinheiro 201
MARLUS H. ARNS DE OLIVEIRA e CLAUDIA ROCHA PICCIN
9. Lavagem de produto de crime tributário? Impropriedade dos crimes contra a ordem tributária como infração penal antecedente ao crime de lavagem de dinheiro 219
GUILHERME BRENNER LUCCHESI e MILENA HOLZ GORGES
10. Crime fiscal como antecedente da lavagem de dinheiro: desafios práticos e normativos 237
GILMAR MENDES, BRUNO TADEU BUONICORE e GUILHERME FRANCISCO CEOLIN
11. Corrupção, criptoativos e lavagem de capitais: uma análise por meio da concepção cidadã da administração pública 275
ANGELO A. S. BELLIZIA

CAPÍTULO V COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E REGULAÇÃO

12. A cooperação jurídica internacional como instrumento de eficácia no combate à lavagem de dinheiro 293
BEATRIZ DAGUER, RAFAEL JUNIOR SOARES e LUIZ ANTONIO BORRI

13. Prevenção à lavagem de dinheiro e as criptomoedas: o Brasil deve utilizar a Quinta Diretiva Antilavagem de Dinheiro da União Europeia como parâmetro para regulação das criptomoedas..... 327
MARIANA FOGAÇA e LETÍCIA BITTENCOURT CARVALHO BERNARDES
14. A construção internacional de um objeto material ampliado no delito de lavagem de dinheiro 347
LUIZA BORGES TERRA
15. A jurisdição penal extraterritorial brasileira do delito de lavagem de dinheiro 365
ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO